



Universidade Federal de Ouro Preto

Curso: Administração Pública

Disciplina: GEP024-TRABALHODECONCLUSAODECURSOII

Profª. Drª. Mirian Assumpção e Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bruna Costa Norte Reis	16.2.6453
Rodrigo dos Reis Silva	16.2.6473
Thais Sedlmayer e Silva Pardim	16.2.6448

CARLOSCHAGAS

JUNHO/2020

BRUNA COSTA NORTE REIS
RODRIGO DOS REIS SILVA
THAIS SEDLMAYER E SILVA PARDIM

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de conclusão de curso, em formato de monografia, apresentado ao curso de educação à distância em Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, tendo como orientador a Professora Mirian Assumpção e Lima.

Carlos Chagas
2020



FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna Costa Norte Reis, Rodrigo dos Reis Silva e Thais Sedlmayer e Silva Pardim

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: impactos na Administração Pública

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovada em 06 de Julho de 2020

Membros da banca

Doutora - Mirian Assumpção e Lima - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestranda - Soraia da Conceição das Graças Bento - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Mirian Assumpção e Lima , orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/06/2020



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Assumpcao e Lima, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/10/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0419976** e o código CRC **245459F9**.

Resumo

Este artigo tem como propósito mostrar os impactos sofridos pela Administração Pública devido ao Programa Bolsa Família e enfoca questões como o impacto na pobreza e na desigualdade, tendo, assim, como objetivo geral observar e explorar os conflitos e a força do Programa Bolsa Família (PBF) face aos desafios da população que se encontram em situação de vulnerabilidade, considerando seu processo histórico de inserção no sistema de proteção social brasileiro. Como objetivos específicos, busca –se avaliar a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil através de um histórico de políticas sociais no capitalismo e que pretendem identificar todos os fatores que levaram diretamente à adoção de programas que visam a transferência de renda no país, destacando o Programa Bolsa Família. Conclui-se que de fato o Programa Bolsa Família foi considerado um importante instrumento utilizado pelo Poder Público para o enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: Administração Pública; Programa Bolsa Família; políticas públicas.

Introdução

O estudo descrito neste artigo relata as dificuldades que o Governo Federal possui em criar Políticas Sociais de Transferência de Renda para diminuir os danos causados pelo capitalismo, que gera essa lacuna em ricos e pobres, grande parte dos brasileiros não conseguem atender a suas necessidades básicas, isso acontece devido à distribuição de renda desigual. O cenário contemporâneo no país é excepcional, uma vez que as unidades da federação são claramente diferentes em termos políticos, institucionais, econômicos e geográficos. O Governo Federal optou pelo Programa Bolsa Família (PBF) especialmente por causa de dois atributos. O primeiro sendo a governança do modelo do Programa Bolsa Família (PBF) pois ele é hierárquico, sendo assim, ele se mantém em uma lógica vertical, na qual o Governo Federal estabelece regras e regulamentos. O próximo atributo se caracteriza por um complexo arranjo federativo devido à sua gestão inter setorial, o que resulta em uma governança estruturada em vários níveis de interação, portanto, envolvendo várias agências governamentais requerendo um melhor controle. A hipótese do artigo é de notar que o Programa Bolsa Família foi bem-sucedido porque as regras foram aplicadas através de supervisão operacional sistemática e incentivos à cooperação dos agentes. Neste sentido o Governo Federal no papel de "principal" e os governos locais no papel de "agentes". Desde a Constituição de 1988, o país adotou novos modelos de Descentralização administrativa, que resultou em diferentes graus de autonomia federal, ao que se denomina federalismo(?). Assim como argumenta Bichir (2011), a coordenação de união, a capacidade local do estado e as características do sistema político permanecem cruciais fatores para detalhar e mostrar o resultado da implementação de políticas. Assim, como contribuição para o campo da gestão, o estudo descrito aqui procura entender como os desenhos institucionais, adotando regras de prestação de contas (por meio de contratos) entre governos, impactam na implementação de políticas públicas. O conhecimento dos fatores que afetam o comportamento dos agentes públicos é um tema que tem recebido importantes contribuições de autores como Cavalcante e Ribeiro (2013), Estrella e Ribeiro(2008), Bichir (2010), Hall (2012), Silva (2013), Silveira e parceiros (2014); Araújo e parceiros (2015). Araújo e parceiros (2015) têm contribuído para esse tema com maior preocupação em entender a atividade do PBF dando ênfase no comportamento dos atores. Juntos, os trabalhos desses autores são fundamentais para compreender a performance do Programa Bolsa Família. Entretanto, esses importantes estudos não consideram que o desempenho de políticas públicas possa ser o resultado de uma combinação entre a modelagem do comportamento burocrático e o

endógeno e fatores exógenos no sistema político, como argumentam Rodden (2005) e Bardhan e Mookherjee (2005). Este é precisamente o objetivo deste estudo: observar como as regras de políticas públicas e as características do sistema político afetam o desempenho de uma política pública como a do PBF. Assim, este estudo utiliza uma abordagem mista, com foco no desenho institucional da política e nos elementos do sistema político local. Portanto, a hipótese está alinhada como que é explorado na literatura internacional: o resultado política pública depende do comportamento de fatores, diretamente afetado pelas características das regras políticas e do sistema político. (Rodden, 2005; Bardhan e Mookherjee, 2005) .

O artigo foi elaborado e consiste em cinco seções, juntamente com esta introdução. A segunda seção apresenta uma abordagem teórica, revisão da literatura sobre controle com foco no problema do agente principal, com o objetivo de demonstrar como a teoria foi substancialmente adaptada da economia aos fenômenos da sociedade, administração e políticas públicas. A terceira seção descreve o desenho do Programa Bolsa Família e o papel designado às instituições dentro da política de controle. A seção 4 apresenta a metodologia e os modelos explicativos da pesquisa. A quinta discute os resultados da análise. Finalmente, a última seção apresenta as conclusões.

A pesquisa científica realizada foi fundamental para a construção da base metodológica que orientou e direcionou as proposições, argumentações e Posicionamentos deste trabalho. Através da pesquisa bibliográfica foi possível expandir o conhecimento a respeito do funcionamento do PBF bem como seu impacto na vida das famílias beneficiárias.

2. Controle do Projeto Operacional do Programa Bolsa Família OPBF foi lançado no ano de 2003 pela integração de quatro programas federais de transferência monetária, Bolsa Escola (1997), Bolsa Alimentação (2001), Auxílio Gás (2002) e Cartão Alimentação (2003) (DRAIBE,2003,2009). O recebimento do benefício está condicionado à frequência escolar das crianças e adolescentes; acompanhamento da saúde de grávidas, nutrizes e crianças menores de sete anos; e frequência em serviços sócio educativos para crianças e adolescentes em risco ou retiradas do trabalho infantil (DRAIBE,2006; BRASIL,2012b). O novo modelo seguiu uma lógica gestão inter setorial, com ênfase nas ações de coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS).

Visando a concentração de ações para combater pobreza, o MDS foi estruturado para substituir e conectar as políticas até então executadas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa). Um componente específico da implementação de políticas está nas diretrizes do programa em relação ao monitoramento de professores, diretores de escolas e instituições sociais e de saúde, trabalhadores de assistência e burocratas de rua (que desempenham um papel importante ao lidar diretamente com os beneficiários da política em nível local).

As áreas de educação e saúde seguem fluxos semelhantes em termos de atribuições institucionais, mas diferentes em termos de periodicidade e volume de informações. O fluxo da gestão educacional começa com a submissão pelo MDS da lista de beneficiários entre seis e 17 anos de idade no Ministério da Educação (MEC). O Ministério da Educação é responsável por sistematizar e repassar o banco de dados de frequência escolar aos municípios.

Assim como na área educacional, as famílias são encaminhadas para serviços de apoio familiar em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O monitoramento é realizado com base no Índice de Gerenciamento Descentralizado (DMI) 7-um índice para calcular transferência financeira para os municípios – e os subsídios são transferidos diretamente do Governo Federal para o Município.

A administração municipal é responsável por gerenciar as transferências financeiras disponibilizadas com base no DMI. As atividades de registro no CadUnico referem-se à atualização do número de beneficiários e potenciais beneficiários do programa (famílias com renda até o salário mínimo per capita) e a revalidação do banco de dados a cada dois anos. Quanto à focalização, o objetivo é manter informações sobre as condicionalidades relacionadas com a educação e saúde (matrícula e frequência escolar para educação e imunização infantil, pré-natal de gestantes e acompanhamento nutricional das crianças para a saúde).

3. Governo Federal como 'Principal': Agente Fiscalizador

A estratégia dos governos¹ responsivos nas políticas públicas é garantir o controle e limitar os desvios dos agentes. No entanto, a lógica da decisão levará em conta os custos da agência. Fazendo para que possa ter controle rígido sobre alguns programas em detrimento de outros, é designada uma tarefa institucional de importância ao Governo Federal, a qual é transmitir funções do Estado aos governos Municipais, e assim garantindo o desempenho da gestão pública.

O programa passou por momentos críticos entre os anos 2004 e 2005. A crise foi causada por uma série de acusações feitas pela mídia tendo como ponto de foco a violação das regras de seleção e o acúmulo de benefícios por alguns políticos e funcionários públicos locais (Britto,2008).

Nesse período, portanto, é possível identificar o primeiro exemplo de como o 'principal' monitora os 'Agentes' por meio de² “mecanismos de alarme de incêndio”. Obtendo o apoio da mídia e órgãos de controle, usado como exemplo, o Ministério Público e os conselhos de administração, os grupos sociais afetados acionaram os 'alarmes de incêndio' e expressaram críticas acerca das falhas de administração do PBF. Em uma tentativa que visava controlar os agentes, o governo federal apontou a existência de milhões de famílias não cadastradas no banco de dados (CadÚnico) e, portanto, solicitou maior eficiência por parte dos municípios, inclusive implementando alguns incentivos financeiros temporários. No entanto, naquela época, o contrato entre as partes não estabelecia mecanismos de punição ou incentivo seletivo e comportamento discricionário e desviante alertou o "principal". Dos 'alarmes de incêndio', o diretor reexaminou o contrato e definiu 'Agente Fiscalizador' na forma do DMI.

O mecanismo de alarme de incêndio acaba por gerar os incentivos através de transferências financeira se o principal moldou o comportamento dos dados agentes.

Os ajustes também podem ser pensados em termos e visando a qualidade em conteúdo das regras escritas, relativamente simples e fáceis que poderiam ser aplicadas e compreendidas pelo público em questão.

Além do DMI, outros procedimentos foram estabelecidos contratualmente para monitorar as responsabilidades e funções dos gerentes. O Programa Bolsa Família estabeleceu regras estritas, como o poder de quebra de contrato com o município em caso de não cumprimento da

¹Os governos são responsivos “quando promovemos interesses dos cidadãos, adotando políticas escolhidas pelos cidadãos” (Wagner Araujo e Marco Gomes,2006).

²Fonte: [Brasil\(2005b\)](#).

gestão das condicionalidades procedimentos e também proíbe os municípios de impor outras sanções às famílias ou de estabelecer outras regras além das fornecidas pelo programa.

4. Governos Locais como Agentes: Reação e Apoio aos Mecanismos de Controle

Os agentes municipais são atores centrais no PBF, uma vez que uma série de atribuições foram concedidas a como seleção de famílias, atualização do banco de dados social, exercício de gestão compartilhada e responsabilização quanto às condicionalidades.³ Em 93% dos conselhos municipais a coordenação inter setorial do programa é realizada pela burocracia responsável pela assistência social, que também

Organiza o CadÚnico em 97% dos municípios. Este universo é formado por aproximadamente 48 mil burocratas que assumem funções de coordenação, supervisão e operação de sistemas em 9.143 estações de serviço da política (Brasil, 2015).

Entretanto, a linha de frente da ação é realizada por gerentes locais, que cumprem a missão de controlar os bens públicos do programa e, ao mesmo tempo, são controlados pelo "principal".

Dois possíveis problemas surgem dessa dinâmica. Fraude institucional patrocinada por burocratas ou políticos e fraude pelos próprios beneficiários através da emissão de informações falsas.

Segundo Oliveira (2012), o poder discricionário dos burocratas que trabalham na recepção dos postos de atendimento, nas enfermarias das unidades de saúde, nas salas de aula e nas ruas é decisivo na implementação de políticas públicas.

O institucional e a resposta para controlar a discricção dos 'agentes' vem das regras do PBF e das agências ou instrumentos de inspeção municipal.

Os conselhos de gestão de controle social têm a importante tarefa de informar o MDS das irregularidades detectadas, como uso indevido de recursos ou seleção inadequada de beneficiários. Como exemplo deste instrumento, as contas anuais dos Fundos de Assistência Social

³ Na educação, matricular as crianças entre seis e 15 anos em estabelecimento regular de ensino, frequência escolar de 85% da carga horária mensal do ano letivo, informar mudança de escola e de série. Na saúde, gestantes e nutrízes devem fazer o pré-natal e comparecer às consultas médicas, participar de encontros com equipes de saúde, manter atualizado o cartão de vacinação das crianças e realizar o acompanhamento nutricional. Jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar de 75%. Fonte: Brasil (2005a).

dos estados, municípios e Distrito Federal devem apresentar em um item específico as execuções orçamentárias do PBF (Brasil,2004).

Embora no início da implementação haja resistência ao modelo do PBF, a burocracia dos municípios experimentou um processo gradual de assimilação e conhecimento das regras do programa, que resultaram em cooperação e melhoria da coordenação ao longo do tempo.

5. RESULTADOS DAS ANALISES

A metodologia do estudo busca medir o grau de implementação da legislação do PBF a partir dos resultados do Índice de Gerenciamento Descentralizado (DMI). Dois períodos foram estabelecidos para realizar uma análise comparativa do desempenho do DMI. A comparação em diferentes momentos permite identificar o efeito do "agente fiscalizador" e o grau de controle que o "principal" exerce sobre os 'agentes'. Assim, uma análise transversal compreendendo os anos de 2007 e 2013 foi conduzido.

A justificativa é que o DMI foi lançado em 2006, mas sua efetiva implementação ocorreu no ano seguinte. O ano de 2013 representa o último período em que os dados estão disponíveis para análise. A pesquisa adota o modelo estatístico de regressão linear múltiplo, que permite explicar o resultado de uma variável dependente considerando sua relação linear com um conjunto de variáveis independentes (Gujarati, 2006).

Levando em consideração a estabilização dos processos de redemocratização que ocorreram nesta época, inclusive no Brasil, estes programas vêm sendo difundidos como parte de uma estratégia de desafios na região latino-americana. (CECHINNI2013)

Conforme explica Draibe (2011) a partir da década de 80, a soma dos processos de globalização com a crise econômica e mais os programas de ajuste estrutural que foram estimulados pelos ideais neoliberais acabaram provocando o agravamento da pobreza nessa região da América Latina em especial. Não se pode ignorar que este é um desafio na formulação do Programa Bolsa Família, principalmente para a gestão, sendo que, a implementação do programa procurou inserir nos eu conceito normativo e, conseqüentemente, na estrutura administrativa, uma preocupação com as parcerias necessárias entre diferentes áreas do governo, estados, municípios e setores da sociedade civil. Nesse aspecto, os princípios da inter setorialidade, descentralização, transparência e controle social na gestão poderiam ser atendidos.

Silva e Silva, Yazbeke Giovanni (2007) ressaltam a importância e a inovação do Programa Fome Zero no que se refere a perspectiva de segurança alimentar, e ao mesmo tempo enfatiza

que o mesmo apresenta deficiências que precisam ser enfrentadas para que desse modo possa de fato ser efetivado como condiz sua proposta . (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI,2007)

Para compreender estes impactos na gestão pública, deve-se analisar as estratégias mais importantes empreendidas durante o processo de implementação do programa, afim de observar de que maneira o PBF não só incentivou o fortalecimento de uma política de descentralização, mas também criou incentivos financeiros e técnicos, em especial para a gestão local, construindo uma configuração mais próxima daquilo que se entende por gestão em rede. Nessa perspectiva, uma das estratégias mais centrais e importantes para compreensão da gestão do PBF são as condicionalidades, as quais podem ser entendidas como aqueles compromissos estabelecidos nas áreas de saúde, educação e assistência social, aos quais as famílias atendidas precisam cumprir para garantir a continuidade no recebimento do benefício financeiro.

Outra importante inovação que ocorreu em 2001, foi a instituição do CadastroÚnico mediante por meio do decreto nº3.877, de 24 de julho de 2001, compreendido como um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país e possibilitar o acesso das mesmas aos programas sociais do governo através do cadastro com uso de um formulário único, visando maior controle das concessões.

Diante do que foi exposto acerca do processo de construção do Programa Bolsa Família na sociedade brasileira, os resultados podem ser constatados a partir da análise de alguns dados referentes aos indicadores de pobreza e extrema pobreza no país no período entre os anos 1990, momento o qual tem início a implementação dos primeiros programas de transferência de renda no Brasil e 2012, em que o Programa Bolsa Famílias e consolida como o maior programa dessa natureza no País.

Desse modo, o Estado amplia sua abordagem na questão social criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais através de legislações trabalhistas e da implementação de políticas e benefícios sociais, buscando dessa maneira proporcionar medidas de proteção ao trabalhador e sua família.

6. Considerações Finais

Este estudo permitiu uma maior reflexão deste programa, compreendendo seus efeitos e promovendo uma melhor investigação sobre ele, destacando a importância do Programa no

atendimento à pobreza, foi concluído de fato que o programa bolsa família foi considerado um importante instrumento utilizado pelo poder público para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza no país, contribuindo para o bem estar das famílias e ajudando a promover uma melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva, uma das estratégias mais centrais e importantes para compreensão da gestão do PBF são as condicionalidades, as quais podem ser entendidas como aqueles compromissos estabelecidos nas áreas de saúde, educação e assistência social, aos quais as famílias atendidas precisam cumprir para garantir a continuidade no recebimento do benefício financeiro.

Sendo assim, pode-se dizer que o objetivo do programa é ampliar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais básicos. A Portaria nº 251/2012 explica com mais detalhes a regulamentação destas condicionalidades, evidenciando que, em primeiro lugar, na área de educação, além disso, o acompanhamento sistemático das famílias, no âmbito da assistência social deve atuar no sentido da prevenção do descumprimento das prerrogativas propostas.

Nesse contexto, os programas de transferência de renda começam a ter destaque no âmbito da proteção social, desenvolvendo-se no decorrer dos anos e chegando ao seu ápice em 2003, com a unificação de outros importantes programas dessa natureza, dando origem ao Programa Bolsa Família. Hoje em dia, o Programa Bolsa Família é o programa que transfere valor monetário de maior alcance e visibilidade no país, sendo um mecanismo prevalente de combate à pobreza no âmbito do sistema de proteção social. Verifica-se que o programa consegue retirar as famílias beneficiárias da pobreza, permitindo que as mesmas consigam ter acesso aos serviços básicos para a sua sobrevivência, porém não promovendo impactos relevantes na extrusão da reprodução da pobreza, uma vez que não atua diretamente na raiz desse fenômeno.

Do ponto de vista teórico, a análise baseada no problema do agente principal provou útil em contribuir para o debate sobre o controle de políticas entre as diferentes esferas do governo. Observou-se que é possível adaptar a estrutura para capturar a dinâmica das relações entre os fatores através da identificação de mecanismos de 'alarme de incêndio'. O estudo identificou que, como prolongamento do prazo do contrato, esses mecanismos foram ativados. Os primeiros alarmes de incêndio ocorreram cedo na implementação, na qual "falhas de contrato" se tornaram evidentes à medida que os agentes se desviaram de suas funções e exigiu mais orçamento para aumentar o número de famílias no banco de dados social (CadÚnico). O "principal" aprendeu sobre o comportamento do "agente" e ajustou o contrato estabelecendo agentes fiscalizadores

sob a forma do Índice de Gerenciamento Descentralizado (DMI), além de adotar instrumentos de sanção para entidades e famílias beneficiárias.

O DMI, o principal indicador de controle de políticas, foi tomado como a unidade de análise. Vários modelos de regressão linear revelaram que a qualidade da gestão do PBF está diretamente associada à política e dinâmica geográfica dos municípios. O efeito gerado por ambientes politicamente competitivos e o efeito pertencente à região Nordeste do país foram mantidos. Portanto, é possível inferir que existe uma relação positiva entre as eleições resultados, localização geográfica e controle de políticas públicas. O efeito do alinhamento político provou estatisticamente significativo apenas no primeiro momento da análise, sugerindo um cenário em que relações Governamentais não contribuíram decisivamente para a melhoria da política, denotando que o desenho do programa minimizou esse aspecto do federalismo brasileiro.

Diante de algumas situações, as quais falam que o programa desincentiva as pessoas a procurarem emprego, de fato isso não acontece, até porque o valor recebido por essas famílias é tão pouco, que os mesmos precisam procurar outra renda para poder sustentar as suas famílias. Entretanto as bibliografias consultadas mostram de fato que o programa bolsa família, tem sido um programa de grande alcance e visibilidade no país, ajudando milhões de famílias e melhorando a qualidade de vida delas, principalmente em relação a fome. Entretanto ainda existe muitos desafios a serem enfrentados e para supera-los é preciso romper algumas barreiras imposta pelo capitalismo para sociedade. Focando na educação, o país aos poucos vai diminuindo a pobreza e melhorando a qualidade de todos, principalmente os de classe baixa, mesmo a jornada sendo muito grande, a educação é o melhor caminho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fábio R. de et al. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família. *Rev. Adm. Pública*, v. 49, n. 2, p. 367-393, Mar./Apr. 2015.
- BARDHAN, Pranab; MOOKHERJEE, Dilip. Descentralização, corrupção e responsabilidade governamental: uma visão geral. 2005. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/users/webfac/bardhan/papers/BardhanDecent,Corruption.pdf> Acesso em: 15/05/2020.
- BATLEY, Richard. A política da reforma da prestação de serviços. *Desenvolvimento e Mudança*, v. 5, n. 1, p. 31-56, 2004.
- BICHIR, Renata M. O Bolsa Família é uma bênção ou um desafio? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos*, n. 87, p. 115-129, 2010.
- BICHIR, Renata M. Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família. *Doctoral thesis — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.*
- BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Leio nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Leio nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo*, Brasília, DF, 20 set. 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria CM/MDS nº 551 de 9 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. 2005a.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família, Informe nº 27. MDS faz balanço do Programa Bolsa Família. Brasília, 2005b.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família Informe, nº 318, 17 maio 2012.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Cálculo Mensal IGD — abr. 2006 a mar. 2014. 2013.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Relatório de gestão 2015. 2015.
- BRITTO, Tatiana F. de. O surgimento e a popularidade das transferências condicionadas de renda na América Latina. Em: BARRIENTOS, Armando; HULME, David (Ed.). *Proteção social para os pobres e os mais pobres: conceitos, políticas e políticas*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- CAMPBELL, Colin. Os papéis políticos dos altos funcionários do governo nas democracias avançadas. *British Journal of Political Science*, v. 18, n. 2, p. 243-272, 1988.

CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz. B. Descentralização do Programa Bolsa Família: determinantes do desempenho municipal. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, v.3, p.54-75, 2013.

CAVALCANTE, Pedro. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Rev. Adm. Pública*, v.50, n.2, p.307-330, Mar./Apr. 2016.

COHN, A.; FONSECA, A. O Bolsa-Família e a questão social. *Revista Teoria e Debate*, no 57, março/abril de 2004.

CHARBIT, Claire. Governos de políticas públicas em contextos descentralizados: a abordagem multinível. *Documentos de Trabalho de Desenvolvimento Regional da OCDE*, Publicação da OCDE, 2011.

CIGNO, Alessandro; LUPORINI, Annalisa; PETTINI, Ana. Transferências para famílias com crianças como um problema de agente principal. *Documento de trabalho do CESifo*, n.351. 2000.

COELHO, Denilson. B. Competição política e difusão de transferências condicionadas de renda no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.6, n.2, p.56-87, 2012.

COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. *Leviatã legislativo: governo partidário na casa*. Berkeley: University of California Press, 1993.

DERLIEN, Hans-U. Mandantes ou gerentes? A elite burocrática em Bonn, 1970 a 1987 e além. *Governança*, v.16, p.401-428, 2003.

DIGIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: *Reformado Estado. Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998

EISENHARDT, Kathleen M. Teoria da agência: uma avaliação e revisão. *The Academy of Management Review*, v.14, n.1, p.57-74, 1989.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro M. Qualidade da gestão das condições do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. *Rev. Adm. Pública*, v.42, n.3, p.625-641, 2008.

GUJARATI, Damodar. *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HALL, Anthony. O último será o primeiro: dimensões políticas das transferências condicionadas de renda no Brasil. *Journal of Policy Practice*, v.11, n.1-2, p.25-41, 2012.

HAM, Christopher; MICHAEL, Hill. *O processo político no estado capitalista moderno*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HOOGE, Liesbet; MARKS, Gary. Desvendando o estado central, mas como? Tipos de governança multinível. *The American Political Science Review*, v.97, n.2, p.233-243, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. —4ª Ed.—São Paulo: Cortez, 2010.

KASSIM, Hussein; MENON, Anand. A abordagem do agente principal e o estudo da União Europeia: promessa não cumprida? *Journal of European Public Policy*, v.10, n.1, p.121-139, 2003.

KAUFMANN, Katja M.; FERRARA, Eliana L.; BROLLO, Fernanda. Aprendendo sobre a aplicação de programas de bem-estar condicional: evidências do Programa Bolsa Família no Brasil. Milão: Universidade Bocconi, 2013.

KEEFER, Philip; KHEMANI, Stuti. Democracia, gastos públicos e pobres. Grupo de pesquisas de desenvolvimento. Washington: Banco Mundial, 2003.

LAKE, David A.; BAUM, Mathew A. A mão invisível da democracia: controle político e prestação de serviços públicos. Estudos Políticos Comparados, v. 34, n. 6, p. 587-621, 2001.

LIPSKY, Michael. Burocracia no nível da rua, dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Nova York: Fundação Russell Sage, 1980.

LOUREIRO, Maria R.; ABRUCIO, Fernando. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, p. 69-89, 1999.

LUPIA, Arthur; McCUBBINS, Mathew D. Aprendendo com a supervisão: alarmes de incêndio e patrulhas policiais reconstruídas. Revista de Direito, Economia e Organização, v. 10, n. 1, p. 96-125, 1994. MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; PODER, Timothy. Partidos conservadores, democracia e reforma econômica no Brasil contemporâneo.

MIDDLEBROOK, Kevin (Ed.). Partidos conservadores, direito e democracia na América Latina. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000. p. 164-222.

MELO, Marcus A. A competição política pode ser positiva: incorporando programas de transferência de renda no Brasil. In: BEBBINGTON, Anthony; MCCOURT, Willy (Ed.). Sucessos no desenvolvimento: estatísticas do sul. Londres: Palgrave, 2007. p. 30-51.

MESQUITA, C. S. Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006. Revista do Serviço Público. Brasília 57(4):465-487 Out/Dez 2006

MILLER, Gary J. A evolução política dos modelos de agente principal. Revista Anual de Ciência Política, v. 8, p. 203-225, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL-MDS. A Evolução dos Recursos dos Programas de Transferência de Renda. Caderno SUAS, ano 3, no 3, Brasília: 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>. Acesso em: 04/11/2019.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica a um padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Doraliza; FERREIRA, Marco A.; DENÚBILA, Laís. Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. Revista de Ciências Humanas, v. 8, n. 2, p. 193-207, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. — 2ª Ed. — São Paulo: Cortez, 2009.

NISKANEN, William A. Burocracia e governo representativo. Chicago: Aldine, 1971.

OLIVEIRA, Antonio. Burocratas da linha de frente: executores e criadores de políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, v. 46, n. 6, p. 1551-1573, Nov./Dec. 2012.

OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: como nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 147-168, 2007.

PODER, Timothy; ZUCCO, Cesar Jr. Estimando a ideologia dos partidos legislativos brasileiros, 1990-2005: uma comunicação de pesquisa. *Revista Latino-Americana de Pesquisa*, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1985.

BRASIL, Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 2012.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significado e medidas. *Revista Sociologia e Política*, n. 24, p. 27/09/2005

SHEPSLE, Kenneth A.; BONCHEK, Mark S. *Análise da política: racionalidade, comportamento e instituições*. Nova York: W. W. Norton & Company, Inc., 500 Fifth Avenue, 1997.

SILVA, Maria Ozanir da; SILVA, YAZBEK, Maria Carmelita; DIGIOVANNI, Geraldo. *A política social brasileira no século XX: a prevalência dos programas de transferência de renda*. — 3ª Ed. — São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lucas A. L. da. Mecanismos de construção federal da intersetorialidade no Programa Bolsa Família: o papel das burocracias. *Revista do Serviço Público*, v. 64, n. 3, p. 327-350, 2013.

SILVEIRA, Andrei de F. M. da; GUERRA, Ana Carolina; PESSANHA, Gabriel R. G. Desempenho na gestão do Programa Bolsa Família na Microrregião de Varginha-MG: uma análise a partir do Índice de Gestão Descentralizada (IDG) no período de janeiro de 2007 a junho de 2013. In: *ENCONTRO DA ANPAD*, XXXVIII, 2014, Rio de Janeiro.

SOARES, Fábio V.; RIBAS, Rafael P.; OSÓRIO, Rafael G. Avaliando o impacto do Bolsa Família no Brasil: programas de transferência de renda em perspectiva comparativa. *Revista Latino-Americana de Pesquisa*, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

SOARES, Sergei S.; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *Documentos de discussão 1424*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

TULLOCK, Gordon A. Teoria da escolha pública. In: TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L. (Ed.). *Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005. p. 13-91.

VELOSO, João F. A. et al. Um mapeamento inicial dos subsistemas de gestão pública municipal. In: VELOSO, João F. A. et al. (Org.). *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011.

WATERMAN, Richard W.; MEIER, Kenneth J. Modelos de agente principal: uma expansão? *Revista de Administração Pública* Pesquisa e Teoria, v. 8, n. 2, p. 173-202, 1998.

WEBER, Max. *De Max Weber: ensaios em sociologia*. Nova York: Oxford University Press, 1958.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à economia: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita.